

DF - Corrupção

CONEXÃO PASSOS

A polícia só tem até 19 de dezembro para prender Pedro Passos. Nessa data, o empresário será diplomado como deputado distrital pela Justiça Eleitoral e ganhará dois benefícios: imunidade parlamentar e foro privilegiado

A caminho da impunidade

Valéria Feitoza

Da equipe do Correio

De acordo com juristas, a fuga de Pedro Passos não o impedirá de receber o diploma. O Código Eleitoral não obriga os candidatos eleitos a estarem presentes para receber o documento. Apenas exige a apresentação do diploma para garantir a posse. "Mesmo preso ou foragido, o candidato pode ser diplomado", explica o especialista em Direito Eleitoral e professor do Uniceub Ney Teles.

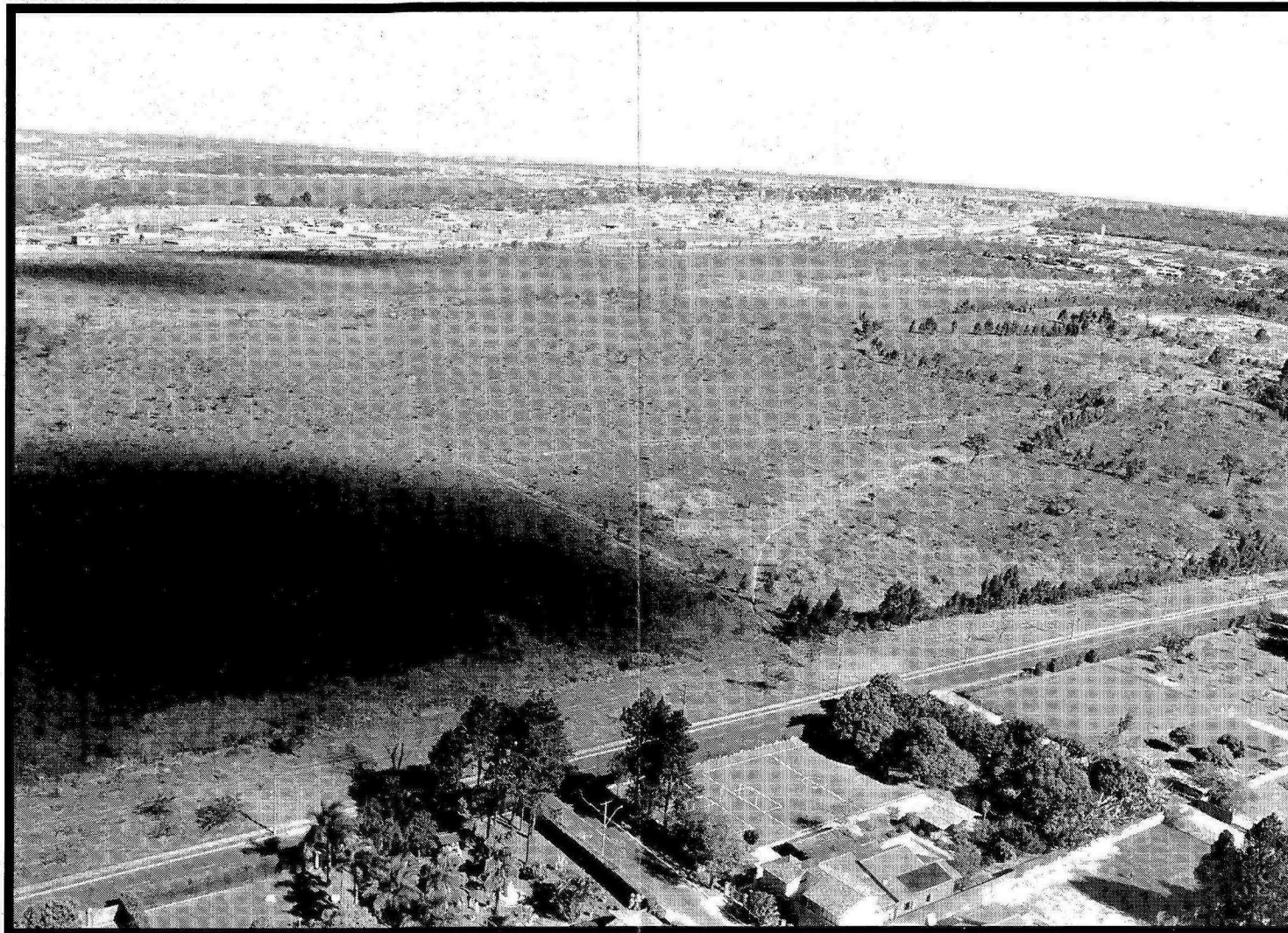
Com o diploma nas mãos, Pedro Passos, eleito pelo PSD, ganhará os benefícios do cargo de deputado distrital, mesmo antes da posse, marcada para 1º de janeiro de 2003. O foro privilegiado é o que mais interfere no processo que corre contra ele no Tribunal de Justiça do DF e que resultou no pedido de prisão preventiva.

A partir do momento em que receber o diploma de parlamentar, Passos terá o direito de ser julgado diretamente pela segunda instância do TJDF. Nesse caso, o pedido de prisão preventiva será revogado, já que foi decretado por um juiz de primeira instância — Pedro Araújo Yung-Tay Neto, da 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do DF.

Além de se livrar da prisão preventiva, Pedro Passos poderá ainda, como deputado distrital, tentar suspender o processo que tramita contra ele no TJDF. "Antes, a Justiça tinha que pedir licença à Câmara Legislativa para processar o deputado. Agora, essa licença não é mais necessária. Mas, em compensação, o deputado pode, por meio de um partido, pedir a suspensão do processo até o fim do mandato", explica Ney Teles. O pedido de suspensão tem de ser aprovado por maioria absoluta dos distritais.

Não bastassem os benefícios garantidos com a eleição, Pe-

Wanderlei Pozembom 15.08.02



ÁREA ATRÁS DA QI 27 DO LAGO SUL QUE ESTAVA SENDO PARCELADA PELOS PASSOS, SEGUNDO O MINISTÉRIO PÚBLICO: AGORA GDF QUER CRIAR UM PARQUE

dro Passos poderá ainda tirar proveito de uma decisão inédita tomada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com base em um parecer do Ministério Público Federal (MPF), o tribunal determinou que todos os processos relativos a parcelamentos ilegais de terras da União sejam remetidos à Justiça Federal.

O subprocurador-geral da República Wagner Gonçalves defendeu que todos os crimes envolvendo interesses da União devem ser julgados pela Justiça Federal. "Entender que a competência é da Justiça local é ne-

gar o direito da União de ver os crimes contra seu patrimônio serem julgados na Justiça que lhe é própria", argumentou.

Essa decisão poderá fazer com que o processo contra Pedro Passos, que tramita na Justiça local, seja remetido à federal. Isso depende da avaliação do juiz Pedro Araújo Yung-Tay Neto, responsável pelo caso. Segundo Ney Teles, a remessa do processo à Justiça Federal também anula a ordem de prisão feita pela Justiça local. Pedro Passos manterá o foro privilegiado também no Tribunal Regional Federal (TRF).

ELEIÇÃO

Se a situação de Pedro Passos parece mais confortável, graças à eleição, o mesmo não ocorre com o governador Joaquim Roriz (PMDB). A fuga do amigo complicou a situação do governador. Em conversas gravadas pela Polícia Federal, com autorização judicial, Pedro consegue de Roriz a promessa de que a área que pretendia lotear no Lago Sul não seria fiscalizada pela Terracap.

Especialistas afirmam que a relação com Pedro Passos será o principal obstáculo à reeleição

de Roriz. "Toda fuga soa como confissão de culpa", avalia o cientista político Walder de Góes. Pessoas envolvidas na campanha de Geraldo Magela (PT) ao GDF garantiram que o assunto será explorado até as eleições.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UnB, Mauro Porto, dois fatores serão decisivos. "O primeiro é se a Justiça liberar a divulgação das conversas. O segundo, se Roriz conseguirá dar uma resposta convincente sobre as denúncias."

COLABORARAM RODRIGO HILÁRIO E FÁBIO GÓES

Parque em área loteada

A briga política dos irmãos Passos com o presidente da Terracap, Eri Varela, por uma área de 227 hectares entre as QIs 27 e 29 do Lago Sul terá mais um capítulo hoje. O governador Joaquim Roriz assina às 10h um decreto que cria o Parque Ecológico do Rasgado no local que vinha sendo loteado para abrigar o condomínio Chácaras Mansões do Lago.

Eri Varela afirma que o objetivo do governador é proteger o ecossistema da região. "Vamos recuperar tudo que foi degradado. Planeamos manter o cerrado original para não prejudicar a qualidade de vida dos moradores da região. Mas o parque deve gerar uma batalha na Justiça entre a Terracap e duas famílias que disputam a posse das terras. Um dos supostos donos é o espólio de Cândida Marcelina de Queiroz. Cândida era bisavó de Roriz.

Representados pelo advogado Janúncio Azevedo, os herdeiros de Cândida vão aos tribunais lutar para receber indenização pela desapropriação do terreno. "A área está *sub judice*. A criação do parque é um ato arbitrário e será discutido nos tribunais", acredita Janúncio.

A outra parte que disputa a posse é o advogado Salomão Szervinski. Ele afirma ter adquirido direitos hereditários de um dos 12 filhos de Cândida. Em 1994, o advogado conseguiu na Justiça o direito de cercar 70 hectares. Mas, segundo a Terracap, a área foi desapropriada. O filho do advogado, Hércules Salomão Szervinski, diz que a família irá brigar por uma justa indenização. (Roberto Fonseca)